

Debate Feminista - Por uma outra Reforma da Previdência

PPA

Oportunidade para efetivar a Plataforma Política Feminista

Pela primeira vez o Plano Plurianual do Governo Federal não será realizado exclusivamente por técnicos em seus gabinetes, mas passará por debates e consulta à sociedade civil em todos os estados brasileiros. O que estará em jogo é a proposta de desenvolvimento para o Brasil, seus marcos éticos e prioridades.

É no PPA que se poderá alcançar mudança e avanços, tanto em relação aos pontos falhos do programa de governo Lula, como nos pontos mais diretamente vinculados à justiça social. As Instituições Financeiras Multilaterais têm sido a inteligência auxiliar na formulação dos PPAs. Desta vez, precisaremos fazer valer a experiência da sociedade civil também como inteligência crítica e propositiva. É preciso disputar cada debate e cada prioridade nas consultas estaduais e no processo que se seguirá no Congresso Nacional. Plataforma Política Feminista em punho, todas aos debates!

Aborto

Foi positiva a repercussão do documento "Descriminalizar o aborto por meio da supressão do artigo 124 do Código Penal", assinado por diversas redes de mulheres e distribuído, dia 14, para parlamentares da Comissão de Seguridade e Família da Câmara de Deputadas/os.

O texto destaca o apoio do movimento feminista ao Projeto de Lei 21/2003, do deputado Roberto Gouveia, que propõe a supressão do citado artigo. O projeto entrou na pauta da Comissão da Câmara desde o dia 30 de abril. No documento das redes, a descriminalização do aborto é citada entre os desafios da Plataforma Política Feminista para a sociedade brasileira. Defender essa descriminalização é defender o direito de cidadania das mulheres e uma ação de saúde pública.

Entre as assinaturas do documento, está a da Campanha Latino-americana pela Descriminalização do Aborto e da organização Católicas pelo Direito de Decidir. Prosseguem esta semana, as mobilizações dos movimentos de mulheres junto a Deputadas/os da Comissão de Seguridade e Família da Câmara. Informações: amb@articulacaodemulheres.org.br.

Apesar de ameaçada pelas reformas em curso, a "Previdência Social brasileira ainda é o maior Sistema de Seguro Social da América Latina, possuindo a maior cobertura tanto urbana como rural", opinião de Laura Tavares Soares, professora e pesquisadora da UFRJ. As ameaças, localizadas no foco da reforma proposta pelo Executivo, estão no suposto déficit do sistema previdenciário e na fixação de teto para servidores públicos. Essas medidas em nada favorecem a inclusão de setores do mercado informal, já penalizados no sistema atual. Além disso, não recompõem o orçamento da seguridade social, destroçado por desvios desde o governo Collor e FHC. Entre outras coisas, a proposta de reforma somente expulsa do sistema aqueles que poderiam pagar mais ao setor público, instalando no país o famigerado sistema misto, que abre mercado para as empresas de previdência privada.

Do governo Lula nós esperamos mais. Esperamos uma reforma que amplie a cidadania de todas e todos os brasileiros. E nossas mobilizações vão nesta direção.

Dia 2 de junho, reúnem-se em Brasília mulheres empenhadas no debate feminista da reforma da previdência e também na construção de GT de monitoramento e intervenção sobre as reformas em discussão, no CDES. Foi confirmada pela Subsecretária de Articulação Política da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Marlise Fernandes, o diálogo das mulheres com o Ministro Berzoini, da Previdência Social, para o dia 4 de junho próximo, às 10 horas, no auditório do MEC.

Em tempo - O CFEMEA transferiu para o próximo dia 3 de junho o Seminário "As Mulheres na Reforma da Previdência: o desafio da inclusão social". Além da AMB, apoiam o evento a Articulação Nacional de ONGs de Mulheres Negras, a Comissão sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, a Rede Feminista de Saúde e o Instituto Latino-americano de Desenvolvimento Econômico e Social (FES-ILDES). Informações sobre programação e inscrições devem ser encaminhadas para ap@cfemea.org.br ou pelo telefone: (61) 3281664

Para onde vai a reforma do CNDM?

Foram encerrados, na semana passada, os trabalhos do GT sobre o CNDM coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. A última reunião considerou a sistematização da audiência pública (24 de abril) e colocou em debate as distintas posições presentes no GT.

Maria Betânia Ávila, que integrou o Grupo juntamente com mais três feministas (Vera Soares, Vanete Almeida e Enid Backes) e representantes da Secretaria/Governo Federal, destaca alguns pontos entre as posições explicitadas no GT.

Segundo Betânia, o grupo da sociedade civil defendeu um CNDM vinculado à Secretaria, mas não dela integrante, para garantir autonomia ao Conselho. Defendeu também que o CNDM tenha, entre suas atribuições, o caráter deliberativo *apenas* sobre as políticas estratégicas e metas da Secretaria e não sobre todas as atividades. Defendeu, ainda, uma estrutura de apoio para secretariar o funcionamento do Conselho, a exemplo do Conselho Nacional de Saúde.

Quanto à presidência do CNDM, não houve consenso entre as integrantes da sociedade civil. Algumas concordam que seja uma representante do governo. No caso, a ministra. Outras, consideram mais adequado que seja uma integrante da sociedade civil. As duas posições são defendidas em nome de um maior fortalecimento do CNDM.

Os poucos pontos de consenso entre sociedade civil e governo estão localizados num tema estratégico: a composição, sendo 2/3 do CNDM compostos por sociedade civil e 1/3 por governo federal. As vagas da sociedade civil serão preenchidas exclusivamente por representantes de redes e articulações dos movimentos de mulheres e feministas. Para o preenchimento, considera-se o caráter nacional e regional, além de outros critérios, como o de garantir a presença das três maiores categorias de mulheres trabalhadoras: rurais, domésticas e da educação.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres caberá formular e apresentar uma proposta de norma legal à Presidência da República. Não haverá consulta ao movimento relativa a este documento, mas há o compromisso da Secretaria de divulgá-lo amplamente. Quaisquer reações dos movimentos de mulheres precisam ser encaminhadas diretamente à Presidência da República.

É preciso estarmos atentas e fortes na consolidação do CNDM, como espaço de participação e partilha de poder entre autoridades do Estado e autoridades instituídas na sociedade civil.

Direitos Sexuais ou Exploração Sexual ?

Na semana passada, após audiência pública sobre projeto que prevê legalização de "serviços de natureza sexual", feministas e mulheres do PT vêm questionando a iniciativa do deputado Fernando Gabeira, autor do projeto. De um lado, há quem reconheça no projeto o mérito da profissionalização de trabalhadoras/es do sexo. Mas, o que é mesmo acrescentado com o projeto, estando a profissão presente até no Código Brasileiro de Ocupações? Este seria um dos debates em pauta.

Outro debate está relacionado com a proposta de supressão de artigos do Código Penal que prevêem a punição das seguintes práticas: comércio com uso da exploração sexual e tráfico de mulheres. Ambas são combatidas pelos movimentos feminista e de mulheres. Para informações e esclarecimentos, informamos os seguintes correios: dep.fernandogabeira@camara.gov.br e Secretaria de Mulheres do PT mulheres@pt.org.br (Conceição Nascimento).

Mulheres Rurais

- Foi instalada, dia 16, a Secretaria da Seção Brasil da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe (Rede LAC). A instalação ocorreu durante o VI Encontro da Coordenação Internacional da Rede.

O evento da Coordenação Internacional também definiu o II Encontro Internacional de Mulheres Rurais, que deverá acontecer em 2005, no México. Até lá, segundo Vanete Almeida, da Seção Brasil, além de buscar recursos para toda a articulação necessária ao encontro, a coordenação da Rede estará priorizando o monitoramento das implicações dos acordos internacionais, firmados em diversos âmbitos, como na ALCA e na OMC, e também acompanhando tudo o que se refere às definições sobre o uso da água.

A Rede LAC tem sua origem no I Encontro Latino-Americano e do Caribe da Mulher Trabalhadora Rural. Segundo Cristina Juarez (Argentina), da coordenação internacional, a Rede busca compartilhar problemáticas e estabelecer estratégias para a superação do que afeta a todas as mulheres rurais. Isto significou reunir, na Rede LAC, além das trabalhadoras rurais, as mulheres do rural: as que exercem atividades não-agrícolas, as profissionais que atuam na área de educação e da assistência técnica etc. Informações e contato: [rede.lac@terra.com.br](mailto:redelac@terra.com.br)

Turismo sustentável é possível?

Feministas integrantes da *Iniciativa de Gênero* - uma aliança entre homens e mulheres que monitoram a ação das Instituições Financeiras Multilaterais, na perspectiva de igualdade de gênero - avaliam positivamente os saldos do 1º Seminário Internacional de Turismo Sustentável, realizado em Fortaleza, entre 12 e 15 de maio.

Segundo Sílvia Camurça, secretária executiva da AMB, "os debates e oficinas aprofundaram a crítica ao modelo de turismo de massa, socialmente injusto e ambientalmente predatório". E Seminário também revelou o potencial paradigmático das alternativas comunitárias que vão sendo construídas em diferentes partes do mundo", considera Sílvia, que também é integrante da Iniciativa de Gênero.

O próximo desafio será o seminário da Iniciativa, previsto para novembro próximo, em Recife, que deverá levar adiante uma avaliação do novo plano nacional de desenvolvimento do turismo, proposto pelo Governo Lula, além de avaliar os impactos da V Reunião da OMC.

CONtextos

— Para conhecimento, anexamos o projeto de Lei do deputado Fernando Gabeira, que aborda a questão de mulheres e homens profissionais do sexo. O segundo anexo traz o documento "Descriminalizar o aborto por meio da supressão do artigo 124 do Código Penal". O texto foi distribuído por redes feministas para parlamentares da Comissão de Segurança e Família da Câmara dos Deputados.